

ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA

*Revista Internacional de Semiótica e Linguística
Revue Internationale de Sémiotique et Linguistique
International Review of Semiotics and Linguistics*

V. 5	1984
ÍNDICE	CONTENTS
TABLE DE MATIERES	
Abordagem Sociosemiótica do Discurso Politológico Eric Landowski	9
Conceptualisation, Information, Signification, Production du Sujet Cidmar Teodoro Pais	41
Intertextualidade: Ecos de um Extraterreno Thomas A. Sebeok	61
Un, Deux, Trois: Catégories Foudamentales Thereza Calvet de Magalhães	69
Algumas Observações a Respeito da Tradução Fílmica de um Texto Literário: "Vidas Secas" Ana Maria Balogh Ortíz	101
Noah Webster's Theory of Linguistic Nationalism Fredric Michael Litto	133
O Processo Didático Yves Gentilhomme	157
Recensões/Compte-rendus/Book Review	187
Dissertações e Teses/Mémoires et Thèses/Thesis Abstracts	189
Noticiário/Notices/News	195

ABORDAGEM SOCIOSSEMIÓTICA DO DISCURSO POLITOLÓGICO*

ERIC LANDOWSKI

Centre National de la Recherche Scientifique

Abstract:

The Author makes a sociosemiological approach of the fourteen page article – "Une géographie de l'opinion publique est-elle possible?" by André Siegfried (1875-1959). After the determination of the great syntagmatic axes of the text, some epistemological questions, which show the principles of the paradigmatic organization of the speech, will be examined. He tries to demonstrate that the subject and the object of the knowledge are not established at the same time or a certain specific way which accounts for its statute and its degree of scientificity: on the one hand the enunciator subject, to a certain extent, has become any subject *whatever*, having its politological competence acquired a beginning of autonomy in relation to public opinion; on the other hand, the latter one, starts appearing like a developed object, whose intelligible character is distinguished, to a certain degree, from the conditions of affinity related to the subject understanding of the "lived".

Resumo:

O Autor faz uma abordagem sociosemiótica do artigo de quatorze páginas – "Une géographie de l'opinion publique est-elle possible?" – de André Siegfried (1875-1959). Após a determinação dos grandes eixos sintagmáticos do texto, algumas questões epistemológicas, que mostram os princípios da organização paradigmática do discurso, serão examinadas. Tenta demonstrar que o sujeito e o objeto do conhecimento não são instaurados, ao mesmo tempo, de uma maneira específica que dá conta de seu estatuto e de seu grau de cientificidade. De um lado o sujeito-enunciador, até certo ponto, tornou-se um sujeito *qualquer*, tendo sua competência politológica adquirido um começo de autonomia em relação à opinião pública; por outro lado, esta última, começa a aparecer como um objeto construído, cujo caráter inteligível se destaca, de certo modo, das condições de afinidade relacionadas à compreensão subjetiva do "vivido".

* Tradução de Cidmar Teodoro Pais.

1. INTRODUÇÃO

A obra de André Siegfried (1875-1959) pareceu à maioria de seus contemporâneos sobretudo como a de um testemunho privilegiado da vida política francesa e internacional do período entre as duas guerras, grande viajante e escritor, que sabia conjugar de maneira particularmente sedutora o talento de um geógrafo, de um economista, de um sociólogo e de um historiador. Mas hoje é provavelmente outro aspecto de sua obra relativamente mais ingrato — que melhor sobreviveu: Siegfried mostra-se para nós sobretudo como o principal fundador de um dos maiores ramos da ciência política francesa: a sociologia eleitoral ou, mais precisamente, a análise ecológica das atitudes e dos comportamentos políticos.

Os escritos de caráter teórico só ocupam, contudo, na obra desse pioneiro, um lugar muito modesto: só se encontra praticamente, no conjunto dos trabalhos de Siegfried, dois curtos textos em que as questões relativas à definição do objeto e do método dos estudos eleitorais sejam abordadas de maneira explícita e sistemática. São, de um lado, as vinte e quatro páginas da Introdução ao seu *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* (Paris, Lib. A. Colin, 1913; reed.; 1964), de outro lado, um artigo de quatorze páginas publicado na *Nouvelle Revue Française*: “Une géographie de l'opinion publique est-elle possible?” (nov. de 1937).

Esses dois textos fazem mais que marcar a continuidade de um procedimento: à primeira vista, eles sublinham, antes, a sua permanência, sendo o texto de 1937, uma retomada, freqüentemente literal do de 1913. Levando-se em conta essa extrema proximidade, não há praticamente razão que permita *a priori* considerar um ou outro desses dois meta-discursos como mais representativo das concepções científicas do autor: é o seu conjunto que conviria de fato analisar. Todavia, esse conjunto de umas quarenta páginas não pode evidentemente ser reproduzido aqui, e por isso limitar-nos-emos ao estudo do texto mais recente (e mais curto), ou seja, do artigo de 1937, de que apresentaremos, para começar, amplos extratos. Uma vez determinadas as grandes articulações sintagmáticas desse texto, cujo recorte nos servirá de fio condutor, alguns problemas de ordem epistemológica, que põe em causa os princípios de organização paradigmática do discurso, serão examinados mais de perto. Esse exame nos conduzirá a introduzir, nesse momento, certos desenvolvimentos da

Introdução de 1913, sem os quais a construção do procedimento não poderia mostrar-se em seu conjunto.

O artigo de 1937 é composto de seis elementos tipograficamente bem distintos: o título, uma secção introdutória (que chamaremos aqui § 0) e quatro secções numeradas pelo autor (§ I a IV):

É POSSÍVEL UMA GEOGRAFIA DA OPINIÃO PÚBLICA?

§ 0

Muita gente, sobretudo no estrangeiro, pensa da política francesa do último meio-século o que Macbeth diz da vida: “É um conto, dito por um idiota, cheio de fúria e de estrondo, que não significa nada!” Seria, pois, tempo perdido tentar compreender alguma coisa: raciocina-se sobre os procedimentos de um fantasista que não sabe, ele próprio o que quer?

Semelhante atitude satisfaz a preguiça intelectual de alguns. Quanto a mim, tenho a convicção de que a política francesa é inteligível, não digo, naturalmente, satisfatória, e que ela pode ser, seja do ponto de vista histórico ou sociológico, seja do ponto de vista da repartição geográfica das opiniões, das paixões expressas, objeto de um estudo metódico, sério e, por conseguinte, digno de ser compreendido. (...)

Semelhante estudo ultrapassa o que se poderia chamar a geografia eleitoral: ele diz respeito à geografia humana. (...)

§ I

Duas observações, que eu mesmo fiz na prática eleitoral e que muitos outros fizeram como eu, justificam esse esforço de compreensão num domínio que se seria tentado naturalmente a abandonar à incoerência.

A primeira, é que a atitude política dos eleitores, desde que a constatamos pelo sufrágio universal, está sujeita a uma repartição geográfica. (...) Com um pouco de atenção e, sobretudo, de recuo, distingue-se que há regiões políticas, como há regiões geográficas ou econômicas, e climas políticos como climas naturais. Isso é tão

verdadeiro que nos servimos instintivamente do vocabulário geográfico para falar dos partidos, de seus progressos, de seus recuos, de suas vicissitudes (...)

A segunda observação, é que as manifestações eleitorais da opinião política têm, apesar das aparências enganosas, uma singular continuidade. Com a condição de comparar coisas realmente comparáveis (...) percebe-se nitidamente que, desde 1876 e quase desde 1849, são os mesmos departamentos, os mesmos cantões, ou, para falar geograficamente, as mesmas "regiões", que permanecem, através das gerações, orientadas no sentido das mesmas correntes ou fixadas na imobilidade das mesmas resistências. A experiência eleitoral prova que aqui se obtém o sucesso sem propaganda, enquanto lá toda a propaganda do mundo não obtém o sucesso. (...) Dizem-nos sempre, a nós, franceses, que somos inconstantes, porque nossos epítetos variam; mas, sob o epíteto que passa, o temperamento, as tendências persistem e nós somos talvez, ao contrário, um dos povos menos mutáveis do mundo. (...)

A repartição geográfica da opinião parece-se, pois, ser objeto de observação; a maneira de comportar-se de uma unidade política regional é igualmente objeto de observação; ela está sujeita até mesmo à previsão, e por isso, ultrapassa a simples observação, para tornar-se (...) objeto de ciência. Os praticantes da política não ignoram isso: suas previsões eleitorais atingem por vezes uma precisão maravilhosa, baseada sobre um conhecimento admirável do meio. Mas esse conhecimento, ainda que seja técnico, é largamente instintivo e eles praticamente não se preocupam em aprofundá-lo (...). Os militantes constataam que tal cantão, por exemplo, é "bom" tal outro "mau" (...) e operam de acordo com isso. Mas o observador curioso não deixa de perguntar por que certos cantões são tradicionalmente "bons" ou "maus", sem que se possa mudar nada. Diante dessa estabilidade, diante das marés da opinião e seu refluxo, apresentam problemas que ultrapassam o instante do escrutínio, e leis gerais que dominam a desordem dos fatos particulares. (...) Confessaria eu, quanto a mim, que é sobretudo o desejo de compreender e a curiosidade que me incitam a essa pesquisa? É talvez porque eu sempre fui mau candidato.

§ II

Independentemente do fator pessoal que é imprevisível e das circunstâncias locais cuja complexidade é desconcertante, pode-se, creio, encontrar explicações profundas, e de resto satisfatórias, para as diversidades geográficas da atitude política.

Desconfio da explicação única, da chave que pretende abrir todas as fechaduras (...). Desconfio igualmente, do lado oposto, das pessoas que querem tudo explicar pelas circunstâncias (...); é preciso defender-se desse pontilhismo, pois é enganoso; desaparece, na verdade, diante das causas mais gerais e mais profundas, quando se considera uma série de eleições; o coletivo cresce, então, em detrimento do indivíduo e a tendência de fundo absorve o circunstancial.

A explicação mais razoável da atitude política de uma população parece residir antes na sua estrutura social. (...) É certo que existe aí, na formação do temperamento político, um fator primordial.

Mas não se poderia parar aí, pois a religião, ou, mais exatamente, a concepção política que dela se tem, não é um fator menos importante (...). A verdade é que não se poderia julgar utilmente nenhuma situação política sem estar informado sobre esse ponto, pois o fator religioso, quando entra em jogo, é decisivo. (...)

A estrutura social, a religião são condicionadas pela história, de que um estudo como esse não pode naturalmente desinteressar-se. (...)

§ III

Duas séries de pesquisas vão, pois, impor-se a nós: a primeira, relativa à persistência das opiniões de tal ou qual unidade política; a segunda, relativa à repartição geográfica das opiniões numa dada região.

Para saber se há persistência, basta observar tal unidade política (comuna, cantão, circunscrição, departamento) numa série de eleições. (...) Pode-se levar mais longe a experiência, estudando a porcentagem dos votos obtidos pela Esquerda ou pela Direita: é preciso, nesse caso, fazer o cálculo em relação ao número de inscritos, de maneira a levar em conta as abstenções. Observa-se, então, e mesmo freqüentemente, que a porcentagem se verifica, ao longo do tempo, quase exatamente a mesma (...). Isso é tanto mais curioso

que não se trata mais dos mesmos indivíduos e tem-se a impressão de estar em presença de uma espécie de *genius loci*, como se fosse o cantão ou a comuna que expressassem a sua opinião e não os próprios eleitores. (...) Uma representação gráfica desses movimentos é simultaneamente fácil e instrutiva. (...)

Existem métodos não menos sérios para determinar geograficamente as regiões políticas. (...) Se colorirmos de azul, por exemplo, os cantões que votam sempre (ao menos geralmente) à direita, e de vermelho aqueles que votam sempre (ou geralmente) à esquerda, obtêm-se freqüentemente manchas significativas, que correspondem de fato a regiões ou a climas de opinião política.

Comparando em seguida esses dados com as cartas do regime da propriedade, da religião, das produções, do clima, da estrutura geográfica, descobrem-se fronteiras de opiniões políticas tão nítidas como tais fronteiras geográficas. É preciso, pois, a título de experimentação, por assim dizer, estabelecer toda espécie de mapas, ligando-se não importa a que, dizendo-se a si mesmo que uma delas, talvez, fornecerá alguma luz. (...) É com uma espécie de emoção que vi os limites de opiniões políticas atuais sobrepor-se, na Ardeche, no Hérault, aos limites das tribos gaulesas, das divisões administrativas romanas, das dioceses do antigo regime.

§ IV

Se aceitarmos a proposição do problema, tal como venho de apresentá-la, é uma obra singularmente atraente, e, creio, de imenso alcance, que se nos oferece. Eu a havia empreendido, às vésperas da guerra, num livro intitulado: *Tableau Politique de la France de l'Ouest sous la III^e République*¹. O objetivo a perseguir, eu assim o resumia no prefácio: “Qual é, pois, o segredo dessa geografia eleitoral em que a história – uma história talvez singularmente longínqua, desenhou margens, traçou fronteiras e deixou subsistir maciços de resistência que nenhuma tempestade abala? Submeter a essa classificação geográfica a França política contemporânea; (...) adivinhar, por aí, os temperamentos políticos diversos das raças e das classes; não seria (...) reencontrar no país metafísico dos ideólogos a infinita variedade dos “torrões” de França, em resumo, elu-

cidar maravilhosamente, analisando-a em minúcia, a complexa personalidade da Nação?”

Parece-me que essa investigação, com as conclusões de conjunto que implica – pois não poderia tratar-se de simples estatística – merece ser continuada. Gambetta, cuja curiosidade política era imensa, teria querido, ao que parece, conhecer todos os franceses! Nós desejaríamos, ao menos, conhecer todos os tipos políticos de franceses (...). Tal é igualmente o desejo que expressava, num livro sobre as eleições de 1932, um escritor de alta formação universitária, estreitamente ligado à política de nosso tempo, Albert Milhaud: “O dia em que a Sorbonne quererá pôr em seus programas (...) a análise científica das consultas eleitorais – obra entre todas indispensável, pois a história do sufrágio universal na 3^a República deveria ter sido feita há muito tempo – proceder-se-ia a um levantamento das condições nas quais as aproximações eleitorais se produziram em todo o território, desde 1876 até a guerra (...)”.

O ensino do Colégio de França, necessariamente mais flexível que o da Sorbonne, permite-me, há quatro anos, trabalhar num *Quadro político da França meridional na 3^a República*, que espero concluir. Como em Shakespeare, a cena é cheia “de fúria e de estrondo”, mas, ao contrário do cenário, revela (...) curvas persistentes, significativas e, digamos, inteligíveis. Talvez me julguem bastante ousado, eu que venho do norte; de pretender penetrar a psicologia, quase como a de Ulisses, dos nossos meridionais? E, com efeito, em presença da Deusa da sutilidade política, cujos altares acham-se em algum lugar, entre Avignon e Perpignan, sinto-me tentado a dizer, como Renan sobre a Acrópole: “Chego tarde ao seio de teus mistérios... Para encontrar-te ser-me-iam necessárias pesquisas infinitas. A iniciação que tu conferias ao Ateniese que nascia (digamos, ao Nimense), por um sorriso, eu a conquistei à força de reflexões, ao preço de longos esforços... (...). Esse é, com efeito, o meu estado de espírito e, contudo, não renuncio a compreender: se, como disse Goethe, “O próprio Inferno tem as suas leis”, por que a política não teria as suas?”

André Siegfried

(1) *Quadro político da França ocidental na 3^a República* (N. do T.).

2. ORGANIZAÇÃO SINTAGMÁTICA

2.1. A dupla interrogação

2.1.1. A enunciação

O próprio título do artigo de 1937 é algo insólito, quando mais não seja, de início, em razão de seu tom interrogativo. Diferentemente da maior parte dos outros títulos que figuram nos sumários dos números da *Nouvelle Revue Française* da mesma época, e que se analisam como simples formas condensadas dos conteúdos apresentados em expansão pelos textos que designam, o título-questão que nos ocupa preenche uma função que não é somente de ordem semântica; ele não anuncia simplesmente (de maneira catafórica) o teor do discurso a vir, ele confere, por acréscimo, uma espécie de necessidade lógico-sintática à proposição esporada, já que toda questão exige uma resposta. Assim fazendo, instala implicitamente, um esquema de comunicação que supõe a existência de dois actantes, aquele que quer saber (o *enunciatário*, a quem a questão, aparentemente destacada do sujeito da enunciação, deve ser atribuída), e aquela que deverá responder, o *enunciador-sujeito*. O título induz, assim, do ponto de vista narrativo, a assunção, por um sujeito, de uma busca de saber ligada à confissão, logicamente anterior, de uma incerteza (relativa a um objeto). Abrindo, ao mesmo tempo, as alternativas entre a possibilidade de uma resposta positiva e a de uma resposta negativa, o recurso à forma interrogativa permite, além disso, prever um desenvolvimento de caráter polêmico (do ponto de vista da estrutura formal), que poderá tomar, seja a forma de uma confrontação (abstrata) entre teses opostas, seja aquela (antropomórfica e figurativa) de um encontro entre um sujeito e um anti-sujeito. Como se verá, o texto explora igualmente uma e outra dessas virtualidades.

2.1.2. O enunciado

Outro elemento relativamente inesperado desse título: o que está em jogo na própria questão que propõe: a interrogação não diz respeito, efetivamente, às determinações de algum objeto considerado como existente,

mas sobre a possibilidade mesma de que certa coisa “uma geografia da opinião política” venha à existência. Como essa geografia é, bem entendido, certa forma de conhecimento do real, a questão de suas condições de possibilidade recobre, na realidade, uma dupla interrogação: de um lado, o *objeto* considerado (“a opinião política”) depende da forma particular de conhecimento científico que se tem em vista? De outro lado, dado que se trata de um saber que, de qualquer modo, está por constituir (pois que a própria questão da sua possibilidade se propõe), existe um *sujeito* que esteja em condições de produzir esse saber? Um “geógrafo que possa fazer essa geografia?”

Esse desdobramento das condições de possibilidades, que, por sinal, apenas fará desenvolver sucessivamente as duas virtualidades de sentido do termo “possível” – sendo a possibilidade, de início, examinada como uma eventual modalização (alética) do objeto (*poder ver vs não poder ser descrito*), depois como uma modalização (enunciativa) suscetível de ser conferida ao sujeito (*poder fazer vs não poder fazer a descrição exigida*) – determine a bi-isotopia semântica do texto. Essa articulação do conteúdo em nível profundo não se mostra imediatamente nos patamares de leitura mais superficiais: no plano da manifestação, notou-se já uma distribuição em seis massas tipográficas distintas; ao nível da organização discursiva de superfície, trata-se, ao contrário, de três grandes unidades: tudo se passa, com efeito, como se a estrutura paradigmática da *dupla interrogação subjacente* (interrogação quanto ao objeto, interrogação quanto ao sujeito) se achasse resgatada sintagmaticamente na forma de *três questões explícitas*: a primeira é formulada pelo título, a segunda, de forma indireta, aparece no fim do § I (“o observador curioso se pergunta por que...”) e a terceira, no começo do § IV (“Qual é, pois, o segredo dessa geografia eleitoral...?”). É sobre essa recorrência gramatical que se fundamentará principalmente nosso recorte do texto em três partes: como veremos, tal distribuição ternária de superfície não é em nada incompatível com a estruturação binária que organiza, em profundidade, a economia desse discurso.

2.2. A inteligibilidade do objeto

2.2.1. O discurso objetivo

Basta transformar a formulação interrogativa do título em frase assertiva para nela reconhecer (por detrás da encenação actancial que introduz a retórica do questionamento) a presença de um *discurso objetivo* cuja fórmula elementar seria, evidentemente, a seguinte: “uma geografia da opinião *é* (ou *não é*) possível.”. Aos dois termos alternativos correspondem as duas alíneas do parágrafo introdutório (§ 0), que se deixa analisar como uma dupla predicação a respeito de um único e mesmo objeto: enquanto, para o anti-sujeito (“muitas pessoas”) a “política francesa” é insignificante (“é um conto... que nada significa”), para o enunciador-sujeito, aparece, ao contrário, como uma realidade “inteligível”. Essa confrontação, que implica diretamente a oposição entre um *não poder saber* (“seria, pois, *tempo perdido tentar* compreender alguma coisa dela”) e um poder saber (“a política francesa... pode ser... objeto de um estudo”), regula ao mesmo tempo, e como por antecipação, o estatuto “volitivo” dos sujeitos: de um lado, a impossibilidade “satisfaz a *preguiça* intelectual (o *não-querer* saber) do anti-sujeito; de outro lado, a possibilidade oferecida “justifica o esforço de compreensão” (o querer saber) do sujeito.

Teremos a oportunidade de voltar (cf. *infra*, 3.3.) ao estatuto semiótico desse objeto de conhecimento sucessivamente denominado “opinião política”, “política francesa”, “atitude política dos eleitores”, etc. Note-mos apenas, limitando-nos no momento a um levantamento muito sumário, as duas propriedades (§ I) que, do ponto de vista do sujeito, são suficientes para torná-lo um objeto virtualmente inteligível e que, ao mesmo tempo, “justificam” antecipadamente a correspondente busca de saber: a opinião pode, inicialmente, ser apreendida, sincronicamente, enquanto “repartição geográfica” de “atitudes” ou de “temperamentos” contrastados que articulam o espaço em “regiões políticas” descontínuas; mas ela pode ser definida também, diacronicamente, como uma “maneira de comportar-se” persistente, para cada unidade ou “torção”, através de uma “continuidade” temporal: a opinião é “objeto de ciência”, na medida em que não é somente “sujeita à repartição”, mas, sobretudo, “sujeita à previsão”:

(a) “A atitude política dos eleitores (desde que nós a constatamos pelo sufrágio universal) é sujeita a uma repartição geográfica.” (§ I, 2ª alínea);

(b) “As manifestações (eleitorais) da opinião política têm uma singular continuidade”. (§ I, 3ª alínea).

2.2.2. O fazer informativo

Essas “duas observações”, apresentadas (com o auxílio dos predicados atributivos: *ser, ter*) no modo do discurso objetivo, embora prefigurando o desenvolvimento ulterior do projeto, são ao mesmo tempo por si mesmas o resultado, da parte do enunciador, de uma atividade cognitiva anterior, que tem a dupla particularidade, de um lado, inscrevendo-se “na prática eleitoral”, de desenrolar-se a um nível em que a dimensão cognitiva (do saber *politológico*) não goza, por assim dizer, de nenhuma autonomia em relação à dimensão pragmática (do fazer político empenhado pela “experiência eleitoral”), e, de outro lado, de não requerer, aparentemente, nenhuma competência específica, a não ser “um pouco de atenção” da parte do sujeito, de modo que as observações feitas pelo enunciador (“eu mesmo”) foram igualmente feitas por “muitos” (outros observadores). Por segura que seja, a atividade do sujeito cognitivo – que, aqui, se reduz quase ao puro registro de informação – se desenrola também em dois tempos, a fase da “observação”, depois a fase da verificação (ou da “prova”, ainda que sumária) que enquadram logicamente a produção de cada um dos dois enunciados objetivos:

(a⁻¹) “Com um pouco de atenção, e sobretudo de recuo, *distingue-se* que...”

(a) “... a atitude política... é sujeita à repartição.”

(a⁺¹) “*Isso é tão verdadeiro* que nos servimos instintivamente do vocabulário geográfico para...”

(b⁻¹) “Com a condição de comparar coisas realmente comparáveis, *percebe-se* que...”

(b) “... as manifestações da opinião... têm uma continuidade.”

(b⁺¹) “A experiência eleitoral não *prova* ela mesma que...”

Assim proposto pelo enunciador como “possível” em razão das propriedades imediatamente reconhecíveis de seu objeto, o saber sobre a opinião só existe, todavia, no momento, em estado de *virtualidade*. Para que a geografia eleitoral que constituirá a sua forma *realizada* venha à luz, é preciso ainda que ela *se atualize* enquanto projeto de pesquisa assumido por um sujeito competente.

2.3. A competência do sujeito

2.3.1. Recorte

A demarcação entre a primeira parte (§ 0 e I) e a segunda (§ II e III) é sublinhada, ao fim do § I, pela aparição (e a reiteração) do disjuntor lógico “mas”:

“Os praticantes não ignoram isso... Mas esse conhecimento... é largamente instintivo...”

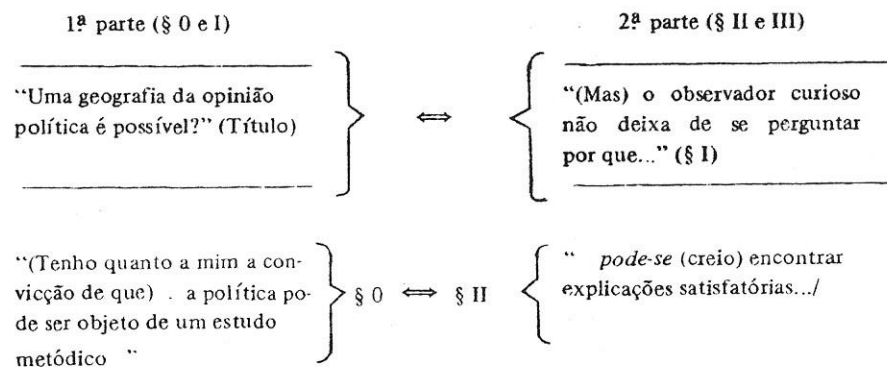
“Os militantes constataam... Mas o observador curioso não deixa de se perguntar por que...”

Essa ruptura funciona em dois planos. De um lado, passa-se, no que concerne à apreensão do objeto, da “constatação”, isto é, da aquisição de um *saber político* imediatamente operacional no plano *pragmático* (“os militantes constataam... e eles operam de acordo com isso”), ao “presentimento” (“o observador... presente² os problemas...”), isto é, a um estado vizinho do *não-saber politológico* em relação a um objeto — as “leis gerais” — cujo valor depende desta vez somente do plano *cognitivo* (os “problemas” de que se trata “ultrapassam o instante de um escrutínio”). De outro lado, a impessoalidade aparente da questão inicial (pro-

(2) No texto da *N.R.F.* (cf. *supra*, § I), o verbo “*pressentir*” aparece, de fato, na 3ª pessoa do plural (“eles pressentem”). Parece-nos que só se pode tratar de um erro de transcrição, só podendo o anafórico “ele” referir-se ao sujeito da frase precedente (“o observador”), que exige o singular. Nossa interpretação, aliás, só faz restabelecer a formulação dessa passagem, tal como ela aparece na Introdução do livro de 1913 (*Tableau politique de la France de l'Ouest*, p. VI).

posta pelo título) é substituída pela assunção de uma nova interrogação (“... por que certos cantões são tradicionalmente “bons”, ou “maus”...?”) por um autor nominalmente designado, no caso, por esse “observador” cuja “curiosidade” é simplesmente a do próprio narrador: “Confessaria eu, quanto a mim, que é sobretudo o desejo de compreender e a curiosidade que me incitam à pesquisa?”

Assim a questão do estatuto do sujeito cognitivo, que só tinha sido levantada até aqui de maneira indireta, passa, doravante, explicitamente à ordem do dia. Ao “desejo de compreender”, modalidade *virtualizante* que instaura definitivamente o sujeito da busca (o que quer que possa advir, em seguida, o pesquisador “não renuncia a compreender” (§ IV), por oposição aos “praticantes da política” que, logo de início, “não se preocupam praticamente em aprofundar”), vão superpor-se duas determinações modais *atualizantes*, que qualificam sucessivamente o pesquisador pela atribuição de um *poder-fazer* (§ II), depois pela definição do *saber-fazer* exigido (§ III). Desenvolvendo-se assim em duas etapas sucessivas, o estabelecimento da competência enunciativa do sujeito vai efetuar-se (na segunda parte) segundo um evidente paralelismo com as duas fases da construção do objeto (tema da primeira parte); é o que se mostra quando se isola certo número de enunciados cujo papel organizador se manifesta ora pela recorrência das formas lexemáticas ou gramaticais, ora pelo jogo das correspondências lógicas:



“Duas observações *justificam* esse esforço de compreensão...”
 – “... as manifestações eleitorais... *têm*... uma singular *continuidade*.”
 – “... a atitude política dos eleitores... *é*... sujeita a uma *repartição* geográfica.”

§ I ↔ § III

Duas séries de pesquisas *vão* pois *impor-se* a nós...”
 “*Para* saber se há persistência, *basta* observar... uma *série* de eleições.”
 “*Existem* métodos não menos rigorosos *para* determinar geograficamente as regiões políticas... *é* o *mapa* por cantões que me parece o mais eloqüente...”

2.3.2. Poder encontrar: as “explicações”

Vê-se por essa aproximação que, de um lado, no segmento introdutório (§ 0), a possibilidade (no sentido alético) relativa à existência do *objeto* se acha suspensa à uma estimulação (de ordem epistêmica) assumida pelo narrador:

“*Tenho, quanto a mim, a convicção* de que... a política francesa é inteligível... e que ela pode ser objeto de um estudo.”

e que é de novo, de outro lado (§ II), uma sobremodalização, dependente da mesma do sujeito da enunciação (“eu”) – uma “crença” –, que garante o poder enunciativo do *sujeito* do enunciado (impessoal):

“*Pode-se, creio, encontrar* explicações profundas, e de resto satisfatórias... para as diversidades geográficas da atitude política.”

Se tais explicações podem ser “encontradas” (de maneira comparável, trata-se, no texto de 1913, “de *adivinhar* a lei da mudança”), é que, de certa maneira, as explicações (ou a lei) traduzem apenas no plano cognitivo uma ordem de realidades preexistentes e, por assim dizer, dadas ao nível do referente: o conhecimento visado não depende tanto de uma construção do espírito como de uma leitura do real. Se, por exemplo, a “estrutura social” fornece “a explicação *mais razoável* da atitude política”, é porque “há aí, na formação do temperamento político, um fator *primordial*: o que é tido como agente, no plano referencial, como deter-

minante causal, parece imediatamente suscetível de ser transcrito, no plano cognitivo, em termos de “explicação”; ora, a ordem das “causas gerais e profundas” pertence ela mesma, ao menos quanto aos seus grandes componentes, ao domínio do conhecido: trata-se da estrutura social? – “*É certo* que ela constitui (acabou-se de mostrá-lo) um “fator primordial”; da religião? – “A verdade, é que não se poderia julgar... sem estar informado sobre esse ponto, pois o fator religioso... *é* decisivo”; do meio geográfico?” – “*Evidentemente*, da natureza do solo depende todo um regime de cultura, de que deverá nascer logicamente uma sociedade distinta”; etc. Assim, o registro dos tipos de explicações de que depende o *poder-fazer* do sujeito, acha-se circunscrito, consistindo o fazer explicativo propriamente dito, definitivamente, em operar o ordenamento hierárquico dos diferentes fatores que se pode ter em vista. Essa operação requer evidentemente o estabelecimento de relações entre cada unidade política com alguma das variáveis consideradas; é aqui que vai dever exercer-se o *saber-fazer* do pesquisador.

2.3.3. Saber procurar: os “métodos”

Esse segundo componente, que define a competência específica do politólogo, é aqui introduzida de uma maneira que, uma vez mais, faz eco explicitamente aos desenvolvimentos da primeira parte. Às “duas observações” que dizem respeito ao modo de existência do objeto (termo pressuposto), que vinham mais acima (§ I) “justificar” o “esforço de compreensão”, ou seja, o querer-saber do sujeito (termo pressuposto), correspondem aqui (§ III) as “duas séries de pesquisas” que, porque a descoberta (ou o reconhecimento?) das explicações possíveis os pressupõe, “vão, pois, *impor-se*”. Na primeira parte do texto, a instauração do *sujeito segundo o querer* necessitava da emergência de um objeto cognitivo valorizado – o estudo só se tornava “digno de ser empreendido” no momento em que seu objeto se revelava “inteligível” –; no presente caso, a atualização do *sujeito segundo o poder* (entendendo-se que se trata de um poder-explicar) tem como condição a codificação, pelo enunciador, de um saber-fazer que, do ponto de vista do sujeito, “se imporá” como o programa operacional que define e regula o desenvolvimento processual de sua pesquisa.

Aplicando-se às duas propriedades características da opinião (descontinuidade espacial, continuidade temporal), os “métodos sérios” que codificam os procedimentos heurísticos a utilizar, apresentam-se na forma de dois programas, parcialmente autônomos, do fazer cognitivo. No eixo da temporalidade, o saber-fazer regulamenta a seqüência de operações que permite passar da “série” fatural à apreensão das continuidades (§ III, 2ª alinea):

1. “observar... *uma série* de eleições.”

“... (Estudar a porcentagem dos votos obtidos pela esquerda ou pela direita...)”

“... *fazer o cálculo* em relação ao número de inscritos, de maneira a levar em conta as abstenções.”

2. “observa-se então... que a porcentagem se verifica, ao longo do tempo, quase exatamente *a mesma*.”

A transformação assim efetuada constitui, do ponto de vista do estatuto veridictório do saber o que é “observado”, um progresso, na medida em que ela se interpreta como a passagem de um saber sobre o *fazer* da unidade política considerada, isto é, sobre as “*aparências* enganosas” de seu “comportamento” manifesto (as “manifestações eleitorais” não são todas igualmente “significativas” – voltaremos a esse assunto; Cf. *infra*, 3.3), a um saber sobre o *ser*, chamado “temperamento político”, que se acha, ao fim do percurso, *revelado* em sua identidade profunda. Paralelamente, um segundo programa permite “determinar geograficamente as regiões políticas” (§ III, 3ª al.). Também este está organizado como um encadeamento de manipulação dos dados: estabelecer o mapa por cantões, colorir as circunscrições em função de seus votos, “comparar em seguida esses dados com (...) toda espécie de mapas”. Ainda que se trate aí de dois programas independentes, os resultados aos quais conduzem separadamente tem vocação a fundir-se, as identidades demarcadas verticalmente (na dimensão diacrônica), uma vez projetadas horizontalmente (sobre a superfície colorida), devem vir superpor-se às zonas de ação de tal ou qual dos “fatores” representados noutros mapas: dessa concordância nascera a “elucidação” esperada.

Globalmente sobredeterminados pela modalidade deôntica do *prescrito* (“dever-se-á”, “é preciso”), as diferentes etapas do duplo programa

cognitivo assim traçado são, ao mesmo tempo, conotados pela “*facilidade*” de sua realização:

“... basta observar”.

“... distingue-se bem depressa...”.

“E fácil ver...”.

“Uma representação gráfica... é simultaneamente fácil e instrutiva”.

A facilidade do caminho a seguir, a despeito das coerções programáticas que se impõem, intervém aqui como o anafórico do poder-fazer do sujeito e marca a estreita compatibilidade entre o que “o observador curioso” deve saber fazer (para satisfazer a sua curiosidade) e o que as suas forças lhe permitirão realizar efetivamente: a tarefa está ao seu alcance. A conjunção com o objeto do saber é, desde então, muito próxima de sua realização. Ainda que a descrição propriamente dita do *fazer performador* e de seus resultados não tenha praticamente lugar nesse meta-discurso essencialmente; entrado nas condições da pesquisa (ou seja, na aquisição prévia da *competência*), o enunciador encerra o percurso implícito do sujeito, conduzindo-o até o limiar da descoberta. Aí, é “uma espécie de emoção” que o espera, pois a busca, motivada por essa forma específica do desejo que constitui a “curiosidade” encontra já seu fim parcial em algumas *visões* eufóricas: “Vi os limites de opiniões políticas superpor-se, na Ardeche, no Hérault, aos limites das tribus gaulesas...”.

2.4. O duplo reconhecimento

A terceira e última parte (§ IV) abre-se, como as precedentes, por uma forma interrogativa: Qual é, pois, o segredo dessa geografia eleitoral...? É a primeira vez, que o texto do prefácio da obra de 1913 é explicitamente retomado no modo de uma *citação*. Numerosos empréstimos a esse texto, no entanto, já haviam deslizado ao longo do presente artigo. Se o fato merece ser notado, não é de modo nenhum, a nosso ver, porque a confrontação dos dois trechos permitiria revelar as “facilidades” que se concedeu o autor, reutilizando largamente a sua própria prosa, mais porque essa aparição tardia das aspas preenche nesse ponto, uma função narrativa precisa. Com efeito, ela torna explícita a existência de uma rede de

relações entre dois discursos sucessivos e, de maneira mais geral, as relações entre dois estados da pesquisa: entre a “obra” (*Tableau politique de la France de l'Ouest*) “empresa às vésperas da guerra”, e o “trabalho” atualmente em curso “há quatro anos” (*Tableau politique de la France du Midi*). As marcas da citação mostram assim uma dimensão fatural (e, pois, temporal) até então ausente, e é nessa dimensão que vêm, desde então, tomar lugar os dois principais actantes da comunicação: de um lado, uma primeira figura do narrador – esse “observador curioso”, que, relançado no passado, assume (em posição de enunciatário) a atitude interrogativa ligada à confissão da incerteza (§ IV, 1ª al.), de outro, uma segunda figura do narrador (desta vez em posição de enunciador), reformulando, no presente do texto, a dupla resposta à questão proposta (§ IV, 2ª e 3ª al.).

2.4.1. A necessidade da pesquisa

O objeto da pesquisa, cuja própria existência era inicialmente problemática, está, doravante, estabelecido: o enunciador já afirmou a sua “convicção” sobre esse ponto (§ 0). Essa convicção, não somente o parágrafo conclusivo o reafirma (“Parece-me que essa pesquisa merece ser continuada”, mas ela alarga o seu alcance, estendendo-o do plano estritamente pessoal a duas representações autorizadas da comunidade intelectual e política – Gambetta e Albert Milhaud, esse “escritor de alta formação universitária, estreitamente ligado à política de nosso tempo”). Ao mesmo tempo, o que era apenas “às vésperas da guerra” uma empresa possível, torna-se, com a sanção positiva do duplo destinador social (a Universidade, o mundo político), uma “obra indispensável” (que “deveria já estar feita há muito tempo”) – manifestação superlativa, no quadro alético, da *necessidade*.

2.4.2. A confirmação do pesquisador

Simetricamente, no que concerne ao outro lado da problemática das condições de possibilidade, ou seja, relativamente ao sujeito da pesquisa, passa-se, do plano impessoal ao caso particular: o sujeito modalizado na segunda parte do texto (§ II e III) era um pesquisador anônimo, impes-

soalmente designado (“pode-se encontrar explicações”, “observa-se, então...”); o sujeito competente de toda a segunda parte (§ IV) é, ao contrário, um pesquisador perfeitamente individualizado, e que se confunde, de fato, com o enunciador. A dimensão temporal que vem de ser introduzida aqui desempenha um papel não menor que do lado do objeto. Do mesmo modo que o reconhecimento público da necessidade da pesquisa marcava o fim de uma fase de incerteza relativa ao objeto, assim também, é à saída de um período de “longos esforços” e de “pesquisas infinitas” – *prova qualificante* através da qual o herói teve, de início, de “conquistar” a sua própria “iniciação”, ou seja, adquirir o seu estatuto modal – que, “tarde, o pesquisador obtém, por sua vez, uma forma de reconhecimento social: com a passagem da Sorbonne ao “ensino do Colégio de França” – feliz conclusão da *prova glorificante* –, a competência do sujeito é definitivamente estabelecida. A geografia da opinião política tornou-se, assim, em todos os aspectos, “possível”.

3. MODELO PARADIGMÁTICO

O princípio de leitura adotado até aqui, que visava a explicitar as formas narrativas que recobre o desenvolvimento sintagmático do discurso, conduziu-nos a deixar diversos problemas em suspenso, notadamente a propósito do estatuto do “objeto de ciência” (“a opinião política”) e da “significação” atribuída a suas “manifestações” (eleitorais). É essencialmente a esses dois pontos de vista que desejaríamos voltar agora, dirigindo a atenção, desta vez, à organização paradigmática do texto que vimos de percorrer.

3.1. “Compreender e explicar”

3.1.1. O sistema de referência

Considerado em seu conjunto, o discurso analisado é enquadrado por dois enunciados que, a dois “luminares” da literatura universal, não dependem eles mesmos nem do saber político, nem do saber politológico:

– § 0: “(A vida) é um conto, dito por um idiota, cheio de fúria e de estrondo, que nada significa!” (Shakespeare);

– § IV: “O próprio inferno tem as suas leis” (Goethe).

Esses dois discursos referenciais pressupõem, por sua vez, – na própria medida em que se contradizem – um discurso de referência logicamente anterior, um “verossímil” cultural primeiro, sem dúvida mantido implícito, mas que é fácil de identificar ao da “doxa” humanista que, como se

sabe, postula — se simplificarmos ao máximo — a significância da vida humana e exclui a eventualidade do absurdo: sob contornos em pouco acadêmicos. O discurso referencial convocado a título hipotético (“se, como diz Goethe...”) inverte, de fato, os conteúdos tradicionalmente associados aos termos predicados (“a vida”, “o inferno”). O caráter *paradoxal* (sublinhado pelo termo *próprio*) das duas hipóteses assim formuladas:

- (a¹) Se “a vida” (ela mesma) não tem sentido...
 (b¹) “Se... o próprio Inferno tem as suas leis”...

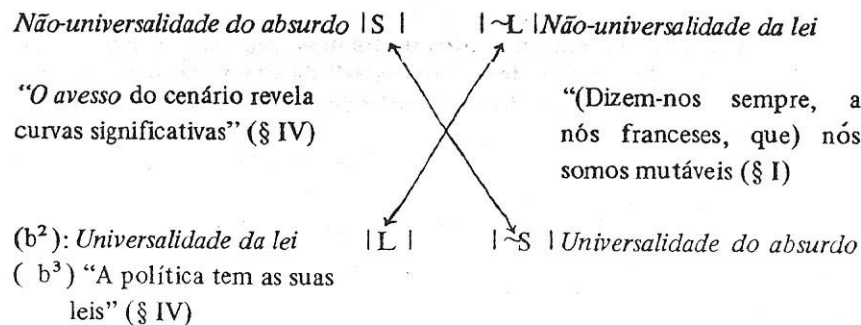
permite inferir duas proposições universais, uma negativa, outra positiva:

- (a²) ... então nada tem sentido...
 (b²) ... então tudo tem leis...

“A política” deve necessariamente depender de uma ou de outra dessas duas categorias englobantes,

- ou (a³) “a política” não tem sentido,
 ou (b³) “a política” tem as suas leis.

Por esse procedimento, as condições de possibilidade de uma ciência particular, a geografia da opinião política, acham-se inscritas num sistema de postulados que se pode esquematizar com o auxílio do quadrado semiótico:



3.1.2. Escolhas epistemológicas

Do ponto de vista paradigmático, (ou, o que dá no mesmo, aqui, do ponto de vista epistemológico), é a conjunção dos dois termos positivos do modelo: |S| (negação do absurdo) e |L| (afirmação da lei) que define o “objeto de ciência” enquanto tal. A estreita imbricação desses dois componentes é sublinhada por uma série de fórmulas homologáveis:

<p> S : negação do absurdo</p> <p>“Semelhante estudo... diz respeito à geografia humana”</p> <hr/> <p>“(O observador) presente pro-blemas que ultrapassam o instante ... e ...</p> <hr/> <p>“Essa pesquisa, com as conclusões de conjunto que implica ... pois ...</p> <hr/> <p>“O avesso do cenário revela... curvas persistentes, significativas</p>	<p>vs</p>	<p> L : afirmação da lei</p> <p>“(semelhante estudo) ultrapassa... a geografia eleitoral...” (§ 0)</p> <hr/> <p>leis gerais que dominam a desordem (§ I)</p> <hr/> <p>não poderia tratar-se de simples estatística...” (§ IV)</p> <hr/> <p>digamo-lo, inteligíveis.” (§ IV)</p>
---	-----------	--

Sem empreender a análise sêmica que somente ela permitiria justificar de maneira precisa essas homologações, pode reconhecer-se aí a vizinhança de duas atitudes epistemológicas cuja articulação alguns considerarão hoje como problemática: entre aquela que visa, de um lado, |L|, a detectar as regularidades de funcionamento de um objeto (regularidades eventualmente quantificáveis na forma de “leis” estatísticas), e aquela que se esforça, de outro lado, |S|, a dar conta das significações ligadas aos comportamentos (expressivos) de um sujeito. A opinião política de-

pende indissolavelmente para o enunciador, dessas duas perspectivas, de modo que se concebe que “a obra... que se lhe oferece” possa ser considerada (§ IV) simultaneamente: a) como “singularmente atraente”, do ponto de vista da compreensão |S| : ele promete “elucidar maravilhosamente... a complexa *personalidade* da Nação”; e, b) como “de imenso alcance”, do ponto de vista da “explicação” “objetiva” |L| : trata-se de “proceder” a um levantamento das condições nas quais as aproximações eleitorais *produziram-se* em todo o território, desde 1876”.

3.2. Da estrutura lógica aos percursos narrativos

A partir das articulações profundas assim explicitadas, compreende-se melhor o princípio de organização do percurso narrativo realizado na superfície; as operações que recobre refletem apenas um encadeamento de relações lógicas previsíveis entre os termos do modelo:

Negação do absurdo S	¬L Negação da lei
Afirmação da lei L	¬S Afirmação do absurdo

1. As operações efetuadas no eixo |S| vs |¬S| regulamentam as etapas da virtualização do sujeito cognitivo: enquanto a afirmação inicial do absurdo |¬S| exclui a emergência de uma vontade qualquer de saber, a asserção subsequente do seu contraditório |S|, que instaura a opinião política num sujeito produtor de expressões significantes, isto é, no plano cognitivo, num objeto “digno” de ser tomado em consideração, será suficiente para dotar “o observador” da “curiosidade” necessária à sua busca.

2. Por seu lado, a asserção do termo |¬S| pressupõe a do termo |¬L|. O anti-sujeito (“muita gente, sobretudo no estrangeiro”, § 0) que se encarrega de propor a *insignificância* da política francesa |¬S| é afetado (do ponto de vista actorial) da mesma “tara” semântica – o carácter não-francês – que o anti-sujeito (impessoal, § I), chamado a denunciar a *não-regularidade* aparente |¬L| do objeto (isto é, as “fantasias” do comportamento político dos franceses): “Disseram-nos sempre, a nós, franceses, que somos mutáveis”. Assim como a *in-curiosidade* (que é um não-querer-saber) atribuída ao anti-sujeito, pode analisar-se com uma representação figurativa do termo |¬S|, o carácter não-autóctone, se se pode dizer, a

estrangeirice que caracteriza o mesmo actante (e que implica um não-poder-saber) manifesta no plano figurativo a asserção de |¬L|. Essa interpretação é confirmada no parágrafo final, em que o sujeito enunciador, doravante situado ele mesmo na posição de um “estrangeiro” (“eu que venho do norte”) por oposição ao seu objeto (“A França meridional”), vê o *poder-saber* que havia previamente adquirido tornar-se novamente incerto e contestável (“talvez considerar-me-ão bem *ousado* de pretender...”) – incerteza do pressuposto, que remontando ao termo pressuponente, põe em causa até o bom fundamento do *querer-saber* do enunciador; projetar “penetrar a psicologia, quase como a de Ulisses, de nossos meridionais” não diz respeito mais, para um normando (ainda que de adoção³), à sua curiosidade mas a uma louca *pretensão*.

3. Essa relativa precariedade do poder enunciador traduz simplesmente a reversibilidade da relação lógica |L| vs |¬L|, que, do ponto de vista da organização narrativa, rege as operações ligadas à *atualização* do sujeito cognitivo. Parece-nos, com efeito, possível homologar: a) as tomadas de posição *epistemológicas* explicitamente assumidas pelo narrador numa controvérsia em que se trata de estatuir, por assim dizer *in abstracto*, a respeito da inteligibilidade do *objeto*:

¬L	vs	L
“Raciocina-se sobre os procedimentos de um fantasista?”		“Tenho, quanto a mim, a convicção de que a política francesa é <i>inteligível</i> .” (§ 0)
“Dizem-nos... que somos <i>mutáveis</i> ...”		“... somos talvez, ao contrário, um dos povos <i>menos mutáveis</i> do mundo.” (§ I)

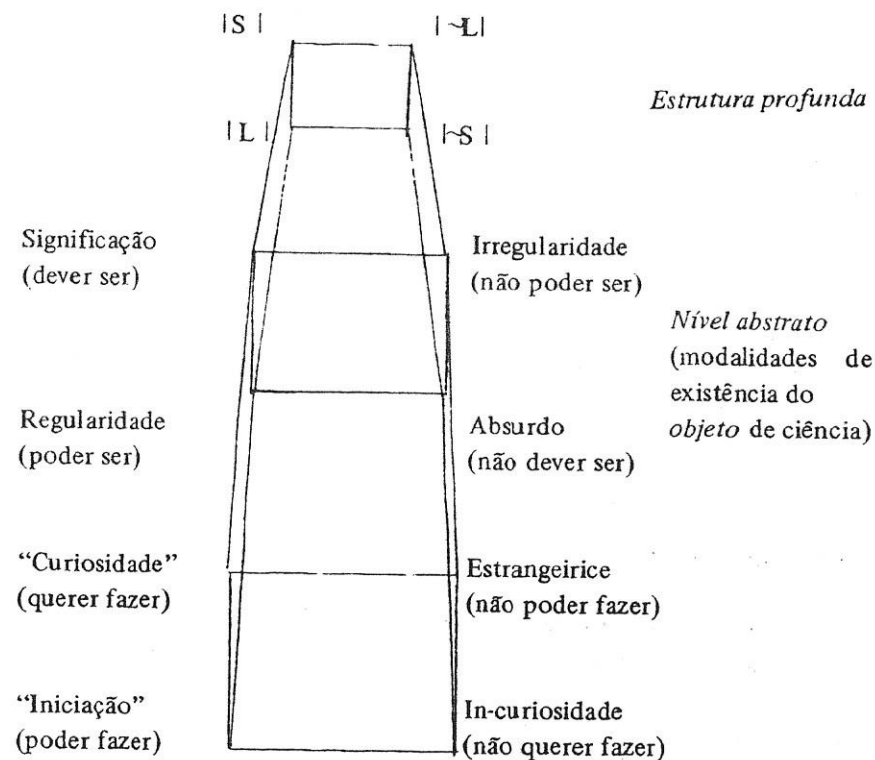
(3) O enunciador faz alusão, numa passagem do § I (não reproduzido acima) à sua experiência (infrutífera) da vida política na Normandia: “Apresentei-me em 1906 num cantão rural do Baixo-Sena, em que meu pai se havia apresentado em 1877”

e, b) as diferentes posições *espaciais* que o enunciador faz ocupar sucessivamente pelo *sujeito* instalado na narrativa da busca científica. Para justificar esse ponto, é preciso distinguir as duas fases da pesquisa: a que foi terminada (o estudo da França ocidental) e a que se anuncia (o estudo da França meridional).

No primeiro caso, a competência cognitiva é *atribuída* ao sujeito como um dom em razão de pertencer ao próprio espaço que pretende estudar. Tudo se passa, nesse caso, como se o pesquisador e o eleitorado dependessem ambos dum só e mesmo destinador, o “gênio do lugar”: de um lado, essa figura topológica representa, em relação ao eleitorado, o destinador do *querer político*, as opiniões manifestadas através de eleições são apenas a tradução de um querer transmitido por “uma espécie de *genius loci*, como se fosse a comuna ou o cantão (destinador) que expressassem a sua opinião, e não os eleitores (sujeito delegado) eles mesmos” (§ III); de outro lado, a mesma figura encarna, em relação ao pesquisador, o destinador do *poder-saber politológico*: é o fato de ter “por muito tempo vivido” no “Oeste” (1913, p. VII), isto é, em conjunção com o destinador, que assegura a qualificação do sujeito cognitivo, coincidindo o espaço (heterotópico) da atribuição da competência, então, com o espaço (tópico) da pesquisa propriamente dita. Ao contrário, no segundo caso, tratando-se de prolongar a pesquisa num terreno $|\sim L|$ que não é mais o seu, o enunciador-sujeito acha-se situado face a um anti-destinador (“a Deusa cujos altares são em alguma parte, entre Avignon e Perpignan”) e deve ele mesmo *apropriar-se*, através de uma seqüência de provas (“à força de reflexões, ao preço de longos esforços”) os elementos constitutivos do *poder-fazer*. Em termos de narratividade, o eixo $|L|$ vs $|\sim L|$ rege assim, como se vê, de um lado (enquanto disjunção entre termos opostos) enunciados de estado relativos à *localização* do sujeito (e que sobre-determinam eles mesmos enunciados modais. Isto é, a competência ou a incompetência iniciais do candidato à pesquisa), e, de outro, (enquanto relação de contradição) enunciados do fazer equivalente a *deslocamentos* do sujeito (e que permitem a aquisição ou a perda dos valores modais, ou seja, a transformação do sujeito cognitivo).

4. Resumindo os três pontos precedentes, vê-se que a distinção entre o que consideraríamos no início (2.1.2) como duas isotopias semânticas distintas e autônomas (uma relativa ao estabelecimento do objeto de conhe-

cimento, outra à instauração do sujeito conhecedor) se reduz, de fato, à distinção entre dois níveis de manifestação discursiva de uma só e mesma estrutura; se o discurso epistemológico sobre o objeto lhe dá uma representação antes abstrata, o discurso narrativo que põe em cena o sujeito, fornece-lhe a versão figurativa:



3.3. Coerções semióticas e critérios de cientificidade

3.3.1. Um modelo indeterminado?

Gostaríamos, em último lugar, de perguntar-nos sobre o que, no texto particular de que nos ocupamos, torna necessário, o desdobramento,

que ressurge sem cessar, numa forma ou noutra, entre esses dois planos que constituem o discurso relativo ao sujeito, de um lado, e o que diz respeito ao objeto, de outro. A questão é saber se tal dispositivo não resulta simplesmente das coerções semióticas de um caráter tão geral que, detectando os seus efeitos num discurso particular, não teríamos dado conta de nenhum modo, definitivamente, da *especificidade* desse discurso.

Com efeito, se admitimos que, enquanto actante semiótico, o objeto de conhecimento só adquire existência pelo desígnio (o querer-saber) de um sujeito ou, o que é equivalente, que, inversamente, a instauração do sujeito cognitivo pressupõe no mínimo uma “vontade de compreender”, ou seja, a valorização de um objeto-saber virtual, — se, desse modo, subordina-se a existência dos dois actantes (sujeito e objeto) à relação de pressuposição recíproca que, somente ela, os constitui, — concebe-se, então, dificilmente como a “aventura cognitiva” que conta o discurso analisado poderia se ter desenvolvido de outra maneira que jogando com os dois termos dessa relação. Desde então, o presente trabalho resumir-se-ia a essa conclusão, que o texto-ocorrência examinado depende, à sua maneira, do modelo de descrição escolhido. Parece-nos possível, todavia, ir um pouco mais além.

3.3.2. A disjunção fundadora

Observando-se mais de perto a disjunção de que depende a própria emergência dos actantes sujeito e objeto não é dada de maneira imediata, simples e irreversível. Ao contrário, tudo se passa como se o texto de André Siegfried tivesse por *objeto*, senão estabelecer uma separação radical entre “a política” e o politólogo, pelo menos definir, por aproximações sucessivas, a “boa distância” a manter entre os polos da relação.

1. Numa primeira aproximação, nenhuma disjunção é proposta; ao contrário, há sincretismo (ou distância nula) entre os dois actantes e o enunciador representa simultaneamente o sujeito e o objeto. Esse é o ponto de partida do texto de 1913: “Esse trabalho me seduziu ... porque ele revela... as curvas persistentes e significativas de *nossa* evolução política” (p. VII). É a mesma distância mínima que recobre o “nós” nessa

frase do artigo de 1937, já citada várias vezes: “Dizem-nos (sujeito cognitivo, aqui em posição de enunciatário) sempre, a nós franceses, que somos mutáveis... mas *nós* (= objeto cognitivo) somos talvez, ao contrário...”. Enquanto essa diferença não for resolvida, a competência do enunciador permanecerá estritamente delimitada, quanto ao seu campo de exercício, não podendo o espaço do *fazer politológico*, então, ultrapassar os limites do espaço *político* que define o *ser* do sujeito cognitivo.

2. Em oposição, a distância máxima (representada figurativamente, como vimos, em termos de diferenciações nacionais), na medida em que equivale à negação da própria relação semiótica, exclui a emergência mesma dos termos: a “política francesa” não constitui, “no estrangeiro”, um objeto de saber para “muita gente”.

3. É ainda uma distância inadequada em relação à “opinião política” que conduz ao fracasso o procedimento dos “ideólogos” (§ IV, 1ª al.): “Nada mais difícil de apreciar (que os fenômenos eleitorais) para as pessoas que, não tendo jamais se misturado de perto à vida eleitoral, julgam as coisas do fundo do seu gabinete” (1913, p. XV): disjuntos da “infinita variedade dos “torrões” de França”, eles só objetivam um plano de realidade ilusório, um “país metafísico”. Se o excesso de distanciamento tem assim por efeito impedir o reconhecimento do *objeto* de ciência propriamente dito, inversamente, é o excesso de proximidade que impede aos “militantes” (§ I) de constituir-se como *sujeitos* de uma verdadeira pesquisa científica: dotados de um “conhecimento admirável” mas “instintivo” do “meio” em que “operam”, eles não se propõem, os “problemas” do pesquisador; reciprocamente, para ser autenticamente pesquisador, “talvez” é preciso “ter sido sempre mau candidato” (§ I, *in fine*), isto é, pobre militante.

4. Definitivamente, só o enunciador, e somente no momento em que vai empreender a segunda parte de sua pesquisa (§ IV) está instalado em distância adequada. Sua posição, que é a do sujeito científico enfim atualizado, expressa a complexidade da relação que simultaneamente o une e o separa do objeto. Acha-se assim justificado o desdobramento discursivo que observamos: o discurso sobre o objeto era exigido para o estabelecimento de um plano de análise dotado de uma substância intrínseca, regi-

do por suas próprias “leis” e que apresentasse, por isso, um caráter de inteligibilidade independente de toda conjunção com um sujeito particular; simetricamente, o discurso sobre o sujeito era necessário para estabelecer a generalidade da competência do politólogo, ou seja, a capacidade dos “métodos” de análise que transcendessem as disjunções espaciais que separam o enunciador de tal ou qual unidade-ocorrência particular do seu objeto.

3.3.3. O retorno do sujeito

Se essas últimas observações — que visavam sobretudo a justificar a construção, de certo ponto de vista redundante, do texto analisado — põem em evidência a maneira pela qual o discurso inaugura um processo de tipo científico (que ilustram, bem entendido, os trabalhos de André Siegfried e os de seus sucessores⁴), não há impedimento em reconhecer, paralelamente, os obstáculos teóricos que limitam o alcance desse primeiro passo e que o situam historicamente. A esse respeito, a comparação entre o texto de 1937 e o de 1913 é interessante.

Desde 1913, uma etapa decisiva é transposta no que concerne à definição do nível de apreensão do objeto: “sob as fantasias individuais, trata-se de apreender a “corrente coletiva de fundo” (1913, p. XII): a análise da opinião política não tomará, pois, por unidade a personalidade singular de cada eleitor (pois “é uma visão inteiramente falsa imaginar a opinião pública como uma soma de opiniões individuais separadas”, p. X), mas “a personalidade política de uma população” (p. XIII). Ora — e é aí que o texto de 1913 já traça limites que, ao que parece, não serão ultrapassados pelo trabalho de 1937 — o estatuto semiótico da “população” não se diferencia fundamentalmente daquele do “eleitor”, e o que constitui, metodologicamente, o objeto da análise, conserva, semioticamente, a forma de um sujeito; assim como cada eleitor é constituído em sujeito individualizado pela expressão de uma vontade política distinta (“Na maioria dos casos... o eleitor sabe muito bem o que quer”, 1913, p. IX),

(4) Além da obra de 1913, ver particularmente A. Siegfried, *Geographie électorale de l'Ardèche sous la Troisième République* (Paris, A. Colin, 1949); F. Goguel, *Nouvelles études de sociologie électorale* (Paris, A. Colin, 1954); P. Bois, *Payans de l'Ouest* (Paris, Flammarion, 1970).

também é a afirmação de um querer próprio que instaura e torna “inteligível” — o objeto-sujeito coletivo: “Apreender o que o Oeste pensou, quiz, temeu, é bem esse o objetivo dessa obra” (p. VII).

Que esse querer coletivo seja conhecível, é precisamente o que a Introdução da mesma obra se propõe de estabelecer através de uma argumentação que nos parece útil resumir, ainda que esquematicamente, na medida em que o projeto de 1937 — fazer um estudo metódico das “paixões expressas” (§ 0) — o pressupõe igualmente. O ponto essencial da demonstração é a idéia de que há “entre a atitude do eleito e a tendência do corpo eleitoral”, uma “concordância... que não pode quase ser posta em dúvida” (1913, p. XIV). Essa “concordância” se deve, de um lado, à competência (politológica) dos eleitores, que sabem reconhecer, dentre os candidatos, aqueles cujo programa é conforme aos seus próprios desejos (“um leitor inteligente e prevenido não deve enganar-se sobre a tendência de uma profissão de fé”, pois trata-se “de uma linguagem convencional perfeitamente clara”, p. XVIII); de outro lado, às condições nas quais se exercem os desempenhos (políticos) dos eleitos que, enquanto delegados, são principalmente determinados pelo conhecimento e pelo respeito do “programa” de seu eleitorado (“os deputados, antes de dar um voto, olham para suas circunscrições”; “quando exercem seu trabalho de representantes, procuram conformar as suas palavras e os seus atos ao que supõem ser o desejo de seus eleitores”, p. XIV).

Esse dispositivo, que assegura uma “concordância profunda de temperamento” (p. XIII) entre sujeitos representantes e sujeitos representados, integra-se simultaneamente em dois conjuntos teóricos distintos mas convergentes. Logo de início, “é porque é assim (porque há concordância) que a atitude do menor representante merece... ser estudada”: a partir do momento em que os representantes “se tornam uma espécie de espelho, onde mais ou menos fielmente a opinião se reflete”, seu perfil político pode ser considerado “como um índice sério” (p. XIV) do temperamento dos eleitores. A relação intersubjetiva eleitores-eleitos fundamenta assim a possibilidade, para o pesquisador, de atribuir uma “significação” (p. X) aos “dados eleitorais”; desse ponto de vista, ela intervém como um pressuposto teórico fundador do discurso politológico. Mas a mesma relação inscreve-se também no quadro conceptual da teoria jurídico-política da representação, de sorte que as condições epistemológicas da pesquisa tem parte com as condições que permitem sustentar um determinado dis-

curso político: aquele que atribui ao sufrágio universal o valor de um “*modo de expressão*” em que o “pensamento popular” se “reflete com exatidão” (p. VIII). Desse ponto de vista, ainda que André Siegfried afirme (o que não se pode colocar em dúvida) ter “desejado fazer estudo de política, de modo nenhum uma obra política” (p. XXVI), o procedimento politológico que traça não poderia ser, politicamente, completamente neutro. O enredamento entre os dois aspectos — epistemológico e político, da problemática da opinião-sujeito mostra-se, aliás, explicitamente quando o enunciador considera, *a contrario*, os casos possíveis de não-concordância entre a vontade dos eleitores e a de seus representantes: não somente tal “desvio” (“por exemplo, causado por questões pessoais”) constituiria obstáculo à atividade do pesquisador, porque ele “pode chegar até a tornar absolutamente *ininteligíveis* certos escrutínios” (p. XI), mas, ao mesmo tempo, sua “frequência falsearia completamente o *espírito do regime* eletivo” (p. XIV). Assim também, como notávamos mais acima, (2.3.3.), todas as “manifestações eleitorais” não são igualmente “significativas”: em função do grau de implicação (e de “liberdade”) dos sujeitos políticos, umas darão “boas indicações”, outras serão “de menor valor, menos reveladoras”; certos escrutínios serão “pouco expressivos”, revestindo alguns outros, ao contrário, uma “significação política decisiva” (p. XX).

Vê-se bem, a partir daí, em que sentido “semelhante estudo ultrapassa (...) a geografia eleitoral (e) diz respeito à geografia *humana*” (1937, § 0). Entre a “curiosidade política” de Gambetta, que “teria querido, ao que parece, conhecer todos os franceses” e a problemática do pesquisador — “ao menos conhecer todos os tipos políticos de franceses” — há evidentemente uma distância considerável; mas uma e outra dependem de um mesmo modelo de representação antropomórfica do objeto de conhecimento: relacionado aos “*temperamentos* políticos diversos das raças e das classes” (§ IV), à “*individualidade* política” das regiões (1913, p. XXVI) ou à “*personalidade* da Nação” (§ IV), os “comportamentos” eleitorais, se apresentam regularidades mensuráveis, devem, ao mesmo tempo, ser compreendidos como outras tantas manifestações significantes: um sujeito coletivo — “uma espécie de *genius loci*” — aí se expressa”.

4. CONCLUSÃO

Esperamos ter mostrado, por essa leitura, que o texto estudado faz mais do que obedecer a uma coerção semiótica de ordem geral: o sujeito e o objeto cognitivos que estabelece (condição mínima própria a toda narrativa da busca de um saber) são ao mesmo tempo instaurados de uma maneira específica que dá conta de seu estatuto e de seu grau de cientificidade: de um lado, o sujeito-enunciador, até certo ponto, tornou-se um sujeito *qualquer*, tendo a sua competência politológica adquirido um começo de autonomia em relação ao terreno que estuda; a “opinião política”, por seu lado, começa a aparecer à maneira de um objeto *construído*, cuja inteligibilidade se destaca, em certa medida, das condições de afinidade ligadas à apreensão subjetiva do “vivido”. O percurso realizado comporta, assim, uma especificação do princípio fundamental que o organiza.